

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VANDERCLÉIA ARAÚJO QUIRINO

**A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE PROFESSOR E
ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

João Pessoa - PB
2013

VANDERCLÉIA ARAÚJO QUIRINO

**A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE
PROFESSOR E ALUNO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia , como requisito à obtenção do título de pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba – Centro de Educação.

ORIENTADOR (A): Prof^ª. MS Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca

**João Pessoa - PB
2013**

VANDERCLÉIA ARAÚJO QUIRINO

**A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE ENTRE
PROFESSOR E ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia defendida em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Ms. Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca
Orientadora

Profº Ms. Fabio do Nascimento fonseca
Examinador

Profª. Drª. Sandra Alves da Silva Santiago
Examinadora

Dedico este trabalho à minha irmã em Cristo Angelita Grenfell. Aos meus sobrinhos: Henrique, Jhonatan, Victor e Kemily e a todos que acreditaram em mim e contribuíram de forma direta ou indireta com meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Centro de Educação por ter me proporcionado o privilégio de realizar mais um sonho. A Todos os meus colegas que conheci durante minha trajetória no curso de Pedagogia e que tenho certeza que irei levar comigo por toda a vida, principalmente à Angelita, nunca vi pessoa tão boa. A todos os meus professores por contribuírem para a conclusão de mais esta etapa em minha vida. Aos funcionários que de forma direta ou indireta contribuíram com sua dedicação exclusiva, desempenhando suas funções para que o curso acontecesse.

RESUMO

A presente monografia “**A importância da afetividade entre professor e aluno na Educação Infantil**”, tem como objetivo observar e ajudar nas práticas de ensino e aprendizagem na educação infantil e a atuação do educador frente à educação infantil. Os espaços inadequados para as crianças e as práticas educativas descontextualizadas nos levam a buscar respostas e a trazer elementos teóricos e novas concepções que possam contribuir para o processo ensino aprendizagem da criança em seus espaços contextualizados. A metodologia utilizada constitui em pesquisa bibliográfica de diversos autores tais como: (FREIRE, 2001); (KRAMER, 1994); (WALLON, 2007); (HERMIDA, 2009); (RECNEI, 1998) entre outros, envolvidos com a temática em questão. Em nosso estudo compreendemos que os professores são conhecedores da importância da afetividade no processo de desenvolvimento da criança, mas faltam esclarecimentos relativos a todas as possibilidades e recursos que essa prática propicia. Infelizmente ficam a desejar, causando um prejuízo irreparável ao desenvolvimento da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividade. Professor. Educação.

ABSTRACT

This monograph “The importance of affectivity between teacher and student in the childhood education” aims to analyze and need in the relationship between teacher and teaching practices and learning in early childhood education. And the performance of the teacher ahead of the field early childhood education the spaces unsuitable for children and education practices descontextualization response and leads to seeking new and had elements theoretical concepts that can contribute to the learning process of children in their spaces contextualized the methodology used consisted of bibliographic research of several authors such as: (Freire, 2001), (Kramer, 1994), (Wallon, 2007), (Hermes, 2009), (RECN, 1998) and others involved with the issue in question. In our study understand that of pedagogy and teachers are aware of the importance of affection in the process of child development, but lack information regarding all the possibilities and resources that this practice provides. Unfortunately they are to be desired, causing irreparable harm to the child’s development.

KEYWORDS: Affectivity. Teacher. Education.

LISTA

LISTA DE ABREVIATURAS

DPE – Departamento de Políticas da Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNEP – Fundo Nacional da Educação Primária

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEB - Movimento de Educação de Base

RECNEI – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

PBL - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	13
2.1 O DIREITO DAS CRIANÇAS À EDUCAÇÃO INFANTIL	
2.2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
2.3 O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA	
3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	28
4 ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SIGNIFICAÇÃO DA AFETIVIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	41
4.1 ASPECTOS PSICO-PEDAGÓGICOS – EDUCAÇÃO INFANTIL	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
6 REFERÊNCIAS	52
DOCUMENTOS CONSULTADOS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância da afetividade do professor/aluno na educação infantil. A educação infantil no mundo contemporâneo vem ganhando grande importância no Brasil e o direito da criança à educação nesta fase se apresenta de forma explícita na constituição de 1988 (CF/88), na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/1996), e no (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) que garante o cognitivo, motor e social.

Diante disso, a criança é vista como pequeno cidadão de direitos, porém para que se efetivem esses direitos é necessário que o município, o estado e a família, assegurem à criança sua inserção no âmbito institucional promovendo assim seu desenvolvimento físico, cognitivo, motor e social respeitando suas condições de ordem física, intelectual, econômica e social.

As instituições de educação infantil devem considerar dois eixos importantes, o educar e o cuidar, que por sua vez são trabalhados separadamente, porém, sabe-se que o educar e o cuidar são dois pontos que estão interligados para o processo de ensino e aprendizagem, portanto compreende a educação infantil como primeira etapa da educação que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos. Entende-se nesse contexto que as instituições de educação infantil sejam capazes de promover aprendizagens significativas e prazerosas em que as crianças desenvolvam suas competências e potencialidades estimulando a construção de um sujeito autônomo.

Dessa forma, para que aconteça uma educação de qualidade na educação infantil é necessário levar em consideração diversos aspectos fundamentais que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem nos ambientes educativos destinados às crianças, à formação de professores atuante na área, às práticas educativas e a importância da construção de relações afetivas nesse processo.

Nesse sentido, nosso problema de pesquisa foi assim formulado: Uma criança amada, respeitada e acolhida certamente desperta mais a curiosidade para conhecer e assim desenvolver melhor seu aprendizado na escola?

Sabe-se que a afetividade faz parte do indivíduo desde seu nascimento e o acompanha durante toda a sua vida, esta por sua vez desempenha um papel extremamente importante para todas as relações do ser humano e seu desenvolvimento.

É na família que a criança faz seus primeiros vínculos afetivos e é por meio dela que o indivíduo é apresentado ao mundo cultural. Ela é a grande responsável pela educação das crianças

e também da sua aprendizagem e é por meio desta aprendizagem que o indivíduo começa a construir saberes.

Além da família, a escola também é responsável pela formação integral de uma criança, o professor é o espelho de um aluno, o mesmo reflete sua imagem, sua postura, assim manifesta a percepção, a sensibilidade e o interesse da criança na busca do desejo e do conhecer.

Assim, quanto ao percurso metodológico, optou-se em realizar uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, com base no método dialético, pois ele busca não interpretar, mas refletir acerca da realidade. Sua elaboração foi pautada no conhecimento teórico nos diversos recursos midiáticos disponíveis como: livros, revistas especializadas, artigos, etc...

A compreensão da construção da metodologia científica, à luz do materialismo histórico dialético e da perspectiva histórico-cultural, segundo (Marx & Engels, 1977, p.36-37) “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que tem que reproduzir (...) Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como o modo como produzem”.

O conhecimento é relativo, nunca acabado; existe uma unidade inseparável entre o empírico e o racional, entre o teórico e o prático, entre o quantitativo e o qualitativo, fazendo romper as dicotomias e estabelecendo as inter-relações e as contradições; a seleção dos métodos está aliada a definição do objeto de estudo e, que o valor ético da produção científica consiste no respeito à diversidade de conhecimentos.

Desta forma, cada método tem suas características adequando-se às especificidades do problema, dos objetivos e dos propósitos de investigação. O problema não está em como usar determinado método e sim em ter claro o limite que cada método pode determinar no processo de investigação de uma dada realidade. O pesquisador precisa ter uma definição concisa do problema da pesquisa, enquanto etapa mais importante do processo de investigação científica, para escolha do método.

Nas ciências sociais a abordagem qualitativa tem sido mais utilizada, principalmente nos estudos culturais, educativos e sociológicos, por proporcionar uma interpretação e análise explicativa do caráter humano e subjetivo. Conforme Minayo (2000b, p.121), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significações, aspirações, crenças, valores e atitudes, contribuindo dessa forma para uma compreensão adequada de certos fenômenos sociais de relevância no aspecto subjetivo.

O objetivo desta pesquisa é ajudar ao corpo docente através dos teóricos estudados, a fazer

uma reflexão sobre sua metodologia e conduta utilizada em sala de aula, pois a afetividade é uma mola mestra para a formação de cidadãos conscientes e capazes para enfrentar o mundo capitalista e competitivo da atualidade.

Considerando que são inúmeras as correntes teóricas de pesquisadores realmente comprometidos, ao longo do tempo, realmente preocupados em debater e sugerir métodos de ensino/aprendizagem mais atraentes, coerentes e mais inovadores delimitamos nossa pesquisa e assim escolhemos alguns fundamentos, que passamos a discorrer, ou explicitar, conforme o conteúdo dos capítulos do corpo do desenvolvimento da pesquisa a seguir demonstrado:

Nesse sentido esse tema abordará em seu primeiro capítulo: o direito das crianças à educação infantil.

No segundo capítulo trataremos da formação do professor na educação infantil e suas práticas educativas a partir dos estudos de Freire (2001) e diversos autores.

No terceiro capítulo tratará da atuação do psicopedagogo institucional como um colaborador para ajudar nos problemas de ensino-aprendizagem frente à educação infantil, a fim de garantir a importância da afetividade nesse processo.

Esperamos que nossa pesquisa venha a contribuir para melhorias na qualidade da educação infantil, haja vista que a instituição educacional deve proporcionar aos seus alunos (as), de forma que contribua significativamente para a formação de cidadãos social e histórico, que faz parte de uma instituição familiar e social, com uma determinada cultura em um dado momento histórico e marcada pela sociedade na qual está inserida, mas também a marca, ela vivencia cultura e promove cultura no meio em que vive.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O DIREITO DA CRIANÇA À EDUCAÇÃO INFANTIL

O que se pretende mostrar neste segundo capítulo são as Leis que regulamentam o direito das crianças à educação e como esse processo deve acontecer para assegurar que no futuro elas possam estar preparadas para ser um(a) cidadão(a) consciente dos seus direitos e deveres e sejam capazes de cobrá-las da sociedade.

Ao longo da história sabemos que a legalização para a educação das crianças de zero a cinco anos não foi nada fácil e também não é um fato novo, vários nomes designaram entre eles: jardins da infância, escola maternal, sala de asilo, escola de tricotar, creche, pré-primário, pré-escola etc. No entanto, a partir dos dispositivos da Constituição de 1988 e, mais recentemente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96), cunhou-se a expressão educação infantil para designar todas as instituições de educação para crianças de zero a seis anos. Este fato, em si, denota que a criança pequena passou a ter um espaço próprio da educação para o exercício da infância.

A expansão desse tipo de educação, bem como sua importância, tem crescido desde o final da década de 1960, na Europa e na América, com um novo impulso recente nos Estados Unidos, e, no Brasil, a partir de 1970. A crescente urbanização, a participação e inserção cada vez maior do trabalho feminino, a luta dos movimentos sociais, a antecipação crescente da escolarização de crianças, o fim das repetências (progressão continuada), a necessidade de antecipar a escolarização para colocar as crianças em melhores condições no ensino fundamental, as lutas pelo direito da criança à educação, consubstanciada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, são diversas razões que contribuíram para essa expansão e que acabaram resultando ou sendo firmadas, de maneira inédita no Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que ratifica a educação infantil como dever de Estado. No entanto, sabemos que esse direito está lentamente se concretizando, pois há um contingente muito pequeno de crianças que foram ingressadas na escola.

A fabricação histórica e social das práticas educativo-pedagógicas e assistenciais das instituições de educação infantil, sempre esteve muito próxima daquilo que cada momento histórico construiu, reservou e atribuiu para o que é ser criança e ter uma infância. As forças que forjaram um tipo de instituição destinada às crianças pequenas mantiveram uma relação direta com a classe social à qual se destinava tal educação. Dessa forma, no Brasil, as pré-escolas designam

escolas de crianças pequenas de uma classe social com mais possibilidades econômicas e as creches são os equipamentos destinados às crianças pobres e às classes populares.

Portanto, notadamente no Brasil há dois tipos de educação infantil, sendo menores os salários das trabalhadoras de creches menores do que os das trabalhadoras das pré-escolas, além das diferenças em relação às exigências para a formação da profissional e a carga horária de trabalho.

Cuidar e educar, assistir ou cuidar, assistir e educar tem sido uma dicotomia instaurando trabalho com crianças pequenas. Esta dicotomia, assistir/cuidar e/ou educar, produzida e cultivada, passou a fazer parte das discussões sobre a importância desses aspectos para o desenvolvimento da criança pequena e, ao mesmo tempo, significar e diferenciar os equipamentos, conforme um ou outro pressuposto.

Devemos perguntar que tipo de criança é produzido quando se cuida? Enquanto se educa? Que linhas, que processos, que caminhos se constroem, que forças se empregam quando se cuida e/ou educa? A ideia de cuidar sempre esteve mais associada à educação de crianças pobres, pois tal ideia faz parte do ideário construído, sobretudo pelas ciências humanas, que vê os pobres como aqueles moleques a quem tudo falta.

As categorias de infância e pobre têm servido na área das Ciências Humanas, sobretudo, para a desqualificação, por um lado, das crianças, que são compreendidas, apenas, como aquelas que têm e não têm infância e, por outro lado, os pobres são aqueles em que predominam a falta de educação, falta de cultura escolar, falta de moradia, falta de consciência, massa amorfa, senso comum e, finalmente, o fracasso escolar que, até hoje, é atribuído, prioritariamente às crianças mais pobres.

No Brasil, o atual processo de escolarização das crianças pequenas, de quatro a cinco anos, ao mesmo tempo em que anunciam a decidida inserção da criança na cultura, o reconhecimento de sua cidadania como um sujeito de direitos, pode vir a ser uma maneira de captura e de escolarização precoce no sentido da disciplinarização, normalização e normatização do corpo, das palavras e gestos, na produção de um determinado tipo de aprendiz trazendo, portanto, uma rejeição à alteridade e às diferenças que as crianças anunciam, enquanto tais.

A partir deste ponto é fundamental entender o que se aponta por ter direitos. Deveria significar prioritariamente poder marcar e afirmar diferenças. Diferenças que façam diferenças, pois há, na atualidade, o discurso da tolerância às diferenças e produção de diferenças a serviço da ampliação do capital. Ou seja, marcar diferenças significa buscar o dissenso e não o consenso.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, 1990 em seu artigo 54, inciso 1 “o

acesso ao ensino obrigatório e gratuito e direito público e subjetivo. Assim, acreditamos que a educação deve ser de qualidade respeitando sua singularidade das crianças, suas crenças, condição social e seus valores culturais. O artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente diz que no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e histórico da criança e do adolescente garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes da cultura.

Nesse sentido, a educação infantil deve ser de qualidade com profissionais qualificados e competentes capazes de mediar o conhecimento de forma contextualizada atendendo as necessidades de cada criança.

2.1.1 O papel das Instituições de Educação Infantil

A escola é um espaço de transformação e nesse sentido a educação infantil deve ser pensada de forma introdutória fazendo com que a criança se sinta bem neste ambiente, pois a criança é um pequeno ser que precisa de cuidados e atenção de forma específica e cautelosa.

Se a escola tem sido para a vida das crianças ela se constitui como um espaço-tempo de crescimento e valorização humana, de cuidado e da educação do “ser”, das aprendizagens e das relações com o saber” (CHARLOT, 1995). A educação infantil traz em si o objetivo de transformar as primeiras experiências no sentido de aprendizagem da criança, sendo assim essas experiências devem ser pensadas e sistematizadas para que as mesmas possam contribuir no desenvolvimento intelectual, motor e social.

A ciência tem demonstrado que a qualidade de vida durante os primeiros anos e de importância fundamental para o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas emocionais e sociais futuras (BARROS, 2009, P.65).

Assim, as creches devem constituir um projeto de ações educativas que possibilitem à criança um aprendizado contextualizado, criando assim espaços versáteis e organizados com elementos que venham a contribuir no seu desenvolvimento motor e na sua relação social. As creches eram constituídas como depósitos, as crianças eram deixadas o dia todo enquanto os pais trabalhavam. Dessa concepção errônea das creches foi pensado então que os profissionais dessa área deveriam atuar como substitutos maternos.

No Brasil os ambientes físicos destinados à educação, infelizmente ainda são inadequados e muitas vezes sua organização é precária com situação de confinamento entorpecido desagradado, ordenação rígida de sala de aula, utilização de lápis e papel visando a antecipação da escolaridade das crianças pequenas, ausências de brinquedos, rotinas inflexíveis e uso abusivo da televisão e do tempo de espera (ROSEMBERG, 2003, p. 37).

Nesse contexto, a creche é concebida como um local de atendimento assistencialista, espaço em que os pais deixam seus filhos para irem trabalhar, já na pré-escola, a criança busca a sua identidade própria dentro da instituição educativa, que é considerada como ambiente social e com uma rotina rígida a ser seguida.

As instituições da pré-escola buscam se efetivar como entidades independentes com propostas pedagógicas direcionadas e planejadas, passam a objetivar a promoção de estímulos necessários ao desenvolvimento de aprendizagens específicas, proporcionando a concepção de uma instituição com atividades pedagógicas direcionadas com objetivos pré-estabelecidos.

Atualmente observa-se que as creches e pré-escolas passam a desenvolver o cuidar e o educar com maior intensidade e reconhecem a criança como um ser existencial, e não como um adulto, passando assim, a ter como foco principal o desenvolvimento integral da criança, respeitando suas particularidades e favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades em seus aspectos emocionais, físicos, afetivos, cognitivos e sociais.

A necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar cada um desses aspectos (RECNEI, 1998, p. 17).

O desenvolvimento integral para uma criança depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva, como também dos cuidados com os aspectos relativos à qualidade da alimentação, atenção e saúde. As necessidades básicas podem ser modificadas e acrescidas de outras, de acordo com o contexto social e cultural, pode-se dizer que além daquelas que preservam a vida orgânica, as necessidades afetivas são também base para o desenvolvimento infantil.

É importante ressaltar que a criança é um ser singular que precisa de um acompanhamento educativo a partir de sua entrada no âmbito educativo, seja ela nos espaços escolares ou creches, pois:

Cuidar da criança e, sobretudo, dar atenção a ela como pessoa que está num crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade e respondendo as suas necessidades. Isto inclui interessar-se pelo que ela se sente, pensa, o que sabe sobre se e sobre o mundo, visando a ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tomarão mais independentes e autônoma (SANTOS & MARTINS, 2009, p. 232).

As crianças devem ser cuidadas e educadas de forma intencional e prioritária, buscando promover o desenvolvimento contínuo considerando sua cultura e seu contexto social.

No âmbito creche o cuidar passa pela atenção e interesse pelo desenvolvimento das capacidades infantis e a função educativa consiste em propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens realizadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e também de assegurar o acesso a conhecimento mais amplos da realidade social e cultural (SANTOS & MARTINS, 2009, p. 233).

Na educação infantil o educar e o cuidar na primeira infância os dois tem papel fundamental para o aprendizado e desenvolvimento que as crianças necessitam:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo, demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (RECNEI, 1998, p.24).

Para que a afetividade de uma criança seja integral, é necessário que em todos os ambientes educacionais tenham equipe de profissionais da educação, equipe pedagógica, psicopedagogo e também inter-relação com profissionais de outras áreas, principalmente os da saúde.

Segunda a LDB 9394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica, em seu artigo 89, as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos a contar da publicação da lei, integrar-se-ão ao respectivo sistema e ensino. Percebe-se que durante esses anos todos, pouca coisa foi melhorada, pois se falam muito em melhorar o ensino fundamental, o médio e o superior, porém não se pode semear uma semente e esperar para que ela dê fruto e se possa desfrutar desse mesmo fruto se quando ela foi germinada não teve o cuidado adequado para que o seu desenvolvimento gere algum fruto.

Na educação infantil é preciso planejar e acompanhar as crianças desde sua primeira entrada no âmbito educativo sistematizado, pois elas nos seus primeiros anos de vida conseguem aprender mais e a ter a percepção e a compreensão para o aprendizado. É preciso cuidar da base para que as estruturas se mantenham de pé, pois a sociedade necessita de pessoas capazes de transformar o mundo.

A educação é um dos direitos que pode possibilitar ao ser humano o desfrute de todos os outros direitos, pois não desfruta de um direito sem ter o conhecimento sobre o mesmo. A

educação é o ponto fundamental para que o sujeito se torne autônomo e conhecedor de seus direitos e deveres (SARMENTO, 1997, p. 24) diz que:

[...] o direito a Educação é tão fundamental que é irrevogável. A declaração consagrou o direito à educação junto ao direito a vida. Como categoria imortal, dos que o homem não poderá prescindir.

Portanto a educação é um direito garantido pela constituição e dever do estado considerando como prioridade na vida da criança. Os pais ou responsáveis devem garantir à criança o desfrute deste direito em seu artigo 205 da constituição que diz:

A educação, direito de todos, dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento para o exercício de cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em seu artigo 227 afirma também que:

É dever da família da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade, e a convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido a educação infantil é um dos direitos de melhor reconhecimento por ser expresso através de um documento incontestável que vem assegurar à criança um desenvolvimento assistido e acompanhado no decorrer de seu crescimento.

No capítulo II dos direitos sociais no artigo 6 é reforçado o direito a educação.

São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta constituição.

Considera-se assim que a família tem um papel fundamental na entrada da criança no âmbito educativo, que por sua vez a educação inicial da criança se dá a partir do convívio familiar, pois é onde a criança constrói seus valores culturais, seus costumes, seus conhecimentos prévios e sua forma de expressão e comportamento, são essas condições que a educação infantil deve considerar no decorrer do processo educacional de cada criança, garantindo à mesma novas formas de conhecimento e ampliação dos mesmos.

Uma formação que ajude a utilizar o seu potencial de pensamento na construção e

reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes e valores. É somente por uma concepção pedagógica crítica que poderá haver uma combinação bem sucedida da assimilação consciente e ativa dos conhecimentos com o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas visando a capacidade de lidar com situações abstratas da realidade. (ALMADA, 2009, p. 83).

Certamente a educação tem por objetivo propiciar ao ser humano o seu desenvolvimento desde seus primeiros anos de vida, proporcionando ao mesmo acesso às novas formas de conhecimentos, e a construção dos mesmos, no decorrer do processo educativo como diz (FREIRE, 2005, p. 61), “ a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Por isso o ato de educar deve ser planejado e reconstruído no decorrer do processo educacional assumindo assim sua forma de educar considerando a criança e reconhecendo-a como ser capaz de aprender e construir.

As instituições de educação infantil pré-escolas cumpre hoje, mai do que nunca, um objetivo primordial na formação de crianças que estejam aptas para viver em uma sociedade plural, democrática (...) ela deve intervir com intencionalidade educativa de modo eficiente visando a possibilitar uma aprendizagem significativa e favorecer um desenvolvimento pleno, de forma a tornar essas cidadãs numa sociedade democrática. (MEC, 1998 p. 23).

Sendo assim a educação infantil considerada como a primeira etapa da educação básica, deverá considerar:

Os aspectos físicos, psicológicos e mentais, promovendo a integração e interação no meio social e o aprendizado da criança, tendo em vista que ela é um pequeno cidadão de direitos (...) a importância e condição da criança como sujeito de direitos e, em igual medida, a importância da educação na vida da criança desde sua tenra idade, (HERMIDA@LUDGERIO, 2009, p. 23).

Percebe-se que é de suma importância a educação na fase infantil desde sua primeira infância, compreendendo como fator primordial para o seu desenvolvimento, pois a educação é algo socialmente construído e reconstruído através das gerações, em que possibilita à criança ter um vasto acesso ao conhecimento histórico social presente na sociedade (...) a educação das crianças é fundamental para garantir o processo de produção da existência humana (HERMIDA &LUDGERIO, 2009 p.23).

Dessa forma a educação infantil deve promover a aprendizagem na criança criando formas de inserir no âmbito educacional atividades significativas que garantam o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças, criando formas de estimular a criança na construção de novos conhecimentos, pois nos ambientes educacionais são construídos mais do que conhecimentos e sim valores sociais e afetivos de grande importância para seu aprendizado.

Nesse sentido o ato de educar deve ir além, considerando a criança como sujeito social histórico, conforme Dermeval Saviani nos mostra que:

O trabalho educativo e o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (2003, p. 13).

Considerando a educação como ponto prioritário na vida da criança, e de grande importância para o seu desenvolvimento em seus aspectos físicos, suas capacidades intelectuais, social e afetivo. O referencial curricular (RECNEI 1998, p.13), apresenta alguns princípios que contribuem para o exercício da cidadania são eles:

- O respeito à dignidade e aos direitos das crianças consideradas nas suas diferenças individuais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- O direito das crianças brincar com forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas a comunicação, a interação social ao pensamento, a ética e a estética;
- A socialização das crianças, por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua quantidade.

As instituições de educação infantil devem proporcionar momentos de interação que objetivem no desenvolvimento da criança e que esteja relacionado aos seus direitos, compreendendo a criança como um ser de direitos, ou seja, trabalhando de forma que ela seja respeitada como um ser em construção, garantindo à mesma, a socialização e impulsionando a aprendizagem para que ela venha construir seus próprios conhecimentos a partir da relação com o professor e com outras crianças, através de atividades diversificadas que se interligue ao aprendizado, criando situações significativas voltadas para uma melhor comunicação e estimulando as capacidades das habilidades físicas e mentais e suas competências nesse espaço educativo em que se encontra uma grande diversidade de valores naturais, hábitos e costumes advindo das crianças, cabendo às instituições trabalharem de forma respeitosa e inclusiva considerando seus aspectos como base fundamental no aprendizado da criança, dessa forma:

As instituições de educação infantil devem tornar acessíveis a todas as crianças que a frequenta indiscriminadamente elementos de cultura que enriquecem e o seu desenvolvimento e inserção social cumpre um papel estimulador e propício ao desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagem diversificadas realizadas em situações de interação. (RECNEI, 1998, p. 23).

Portanto, as instituições da educação infantil deverão promover o incentivo à construção do desenvolvimento cognitivo produzindo assim novos conhecimentos, educando as crianças de forma estimuladora do seu senso crítico, desde sua primeira infância, criando condições de ensino que resultem em aprendizagem como:

Atividades planejadas e prazerosas; brincadeiras que estimule o aprendizado e a interação no meio; oferecer condições de aprendizagem; ambientes amplos e confortáveis que assegure o bem estar da criança; espaço fundamental para o desenvolvimento na medida em que ajuda a estruturar as funções motoras, sensórias lúdicas e sociais (ALMADA, 2009 p. 87).

Educando a criança de forma que promova sua emancipação, para que a criança se sinta como criança trabalhando de forma contextualizada e respeitando suas especificidades e diferenças.

Educar significa portanto propiciar situações de cuidado, brincadeira e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (RECNEI 1998, p.23).

É importante ressaltar que as instituições de educação infantil levem em consideração alguns princípios que contribuem para o aprendizado das crianças como:

- Ouvir a criança estimulando-a a se expressar, expondo suas dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano da escola e no âmbito familiar;
- Respeitar sua singularidade, seus conhecimentos prévios, sua forma de se expressar, seu jeito de ser, e o direito de ser criança;
- Motivar e mostrar à criança que ela é capaz de aprender, incentivando suas potencialidades;
- Acreditar que é possível, que a partir da educação infantil a criança tem um desenvolvimento intelectual e que é através da educação, que se pode formar crianças em grandes seres que serão capazes de transformar o mundo em uma sociedade melhor.

Lamentavelmente, nem sempre as instituições da educação infantil respeitam os conhecimentos prévios que a criança já possui quando chega à creche ou à Pré-escola, impondo-lhes valores que lhes são estranhos, cometendo uma autêntica violência simbólica (ROCHA 2009, p. 55).

Nessa perspectiva compreende-se que o ato educativo deve gerar, situações intencionais

para que ocorra um aprendizado percebendo que as instituições terão que ter um olhar diferenciado para cada criança.

A criança que ingressa no ensino básico tem uma série de especificidades e características que precisam ser respeitadas, o que acontece na realidade educacional concreta é que ao invés do sistema educacional respeitar as características e a natureza das crianças e sua infância, ele obriga as próprias crianças a se adaptarem ao sistema, mesmo que ele seja inadequado e fracassado (SIVA & HERMIDA 2009, p. 144).

Nesse sentido, a educação se mostra como ponto estratégico na via do ser humano que por sua vez tem o poder de transformar pessoas através da formação, ou seja, uma pessoa com uma boa educação pode ter garantia de ser um bom cidadão e que poderá desfrutar de todos os direitos previsto na lei. A educação garante ao ser humano não só uma boa formação e a garantia de que será um bom cidadão e que contribuirá para uma sociedade melhor, por isso ressalta a importância da educação na primeira infância, pois a criança que tem um contato com a educação escolar, assim terá maior possibilidade de aprender e se desenvolver melhor cognitivamente, para que no futuro seja melhor preparada para as atividades na vida social.

2.1.2 O que diz a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA compreende a educação como direito subjetivo, consagrando a educação junto ao direito à vida. Nessa perspectiva, as instituições de educação infantil terão que oferecer às crianças uma estrutura adequada que atenda às necessidades de cada um trabalhando de forma solidária proporcionando momentos de socialização, garantindo a liberdade de expressão promovendo o respeito a todos, seja de qualquer raça, religião, cultura e portador de necessidades especiais, pois é de ceder que podemos estimular nas crianças a afetividade por todos, para que não venham a discriminar as outras, possibilitando assim um bom convívio em sala de aula com uma grande diversidade de criança em que cada uma tem a singularidade de um mundo cheio de vida e que devem ser levado em consideração no processo educativo.

Diante do exposto, a educação infantil terá que criar propostas pedagógicas cabíveis às crianças que serão atendidas, vinculando assim condições que assegure o seu desenvolvimento integral, levando sempre em consideração o contexto da criança e trabalhando em conjunto com as famílias que por sua vez é considerada como um referencial seja ela formada só pela mãe ou só

pelo pai ou parentes que são responsáveis pela criança, promovendo assim uma parceria entre família. Dessa forma, deverão ser inseridos também nas propostas pedagógicas, os ambientes dirigidos às crianças que por sua vez influencia no seu desenvolvimento.

A organização do ambiente destinado à educação infantil é uma ação eminentemente pedagógica e de referência para criação de significados para a criança. Querendo ou não a sala de aula tem influências sobre os sujeitos da práxis educativa determinando em parte, o modo como eles sentem, pensam e comportam, um planejamento cuidadoso do ambiente físico e parte integrante de clima harmonioso em sala de aula (ALMADA 2009, p. 86).

Assim sendo, as propostas pedagógicas devem ter como objetivo, promover o desenvolvimento das habilidades e suas capacidades intelectuais, motora e a integração no meio social.

Portanto, um dos elementos que pode ser considerado para o desenvolvimento e a integração no meio social é o brincar que por sua vez demonstra sua grande importância para aprendizagem como algo extremamente considerável que faz com que a criança interaja com as outras, a brincadeira estimula nas crianças a exploração do seu imaginário, o movimento do corpo, desenvolvimento da sua linguagem oral, sua coordenação motora e as novas descobertas.

(...) a brincadeira possibilita um espaço para a criança resolver problemas que estão em sua volta, desenvolve a linguagem, atenção, criatividade, dentre tantos outros aspectos importantes na formação integral da criança (BRANDÃO 2009, p. 245).

As brincadeiras podem ser realizadas intencionalmente ou elas podem acontecer de forma espontânea.

Por meio da brincadeira os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõe (RECNEI 1998, p. 78).

Através das brincadeiras os professores conseguem captar as condições afetivas e emocionais que as crianças se encontram naquele momento, pois a brincadeira é uma bússola em que aponta se há algum problema com a criança ou não.

(...) o brincar ganha sentido enquanto atividade que potencializa a dimensão humana levando a criança a aprender a conviver socialmente, produzir e reproduzir cultura (LOUREIRO 2002, p. 123).

As brincadeiras devem ser como atividade educativa, pois propicia à criança a interação

com o meio social, a linguagem oral e o conhecimento de regras, para se ter noção do que se pode ou não fazer, trocar experiências entre elas, pois isso lhe proporciona uma melhor forma de expressão, não só apenas como brincadeiras mas também no estímulo do aprendizado de uma forma dinâmica.

Nesse sentido, os elementos que forem inseridos no âmbito educacional devem contemplar os aspectos cognitivos, afetivos e motor, possibilitando à criança a construção e descoberta de novos conhecimentos, estimulando sua criatividade, curiosidade e promovendo sua autonomia.

Portanto, as ações pedagógicas devem ser elaboradas e construídas à partir das necessidades de cada criança, criando métodos que contribua para o processo ensino aprendizagem e inovando, em suas práticas educativas possa atender seus interesses, nesse sentido:

As funções da educação infantil devem estar associados a padrões de qualidade que advém de concepções de desenvolvimento que considerem as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes forneçam elementos relacionados às diversas linguagens e ao contato com os variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma (SANTOS & MARTINS 2009, P.232).

Configurando a Educação Infantil como base de todo ser humano, entendemos que essa educação deve ser voltada para atender os interesses de cada sujeito e reconhecendo como sujeito de direitos e que essa educação contribua para o desenvolvimento contínuo, proporcionando momentos significativos que possibilite a aprendizagem, tendo em vista que as instituições de educação infantil devem desenvolver práticas educativas que proporcione à criança o desenvolvimento das habilidades emocionais, afetivas, social e motora e um dos importantes nesse período da infância o afetivo que por sua vez o bom desenvolvimento emocional faz com que as crianças se sintam estimuladas a aprender e a se envolver com outras crianças, por isso na primeira infância é de grande importância, estimular na criança a parte afetiva mantendo sempre uma boa autoestima como diz (FREIRE, 2005, p.90) “A prática educativa é tudo isso, afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou lamentavelmente da permanência de hoje”.

Nesse sentido, consideremos como ponto de estímulo a aprendizagem a afetividade, que certamente estimulada de maneira correta pode assegurar na criança um bom desenvolvimento intelectual, nessa perspectiva o objetivo da educação infantil deve se formar indivíduos capazes de socializar no meio em que vive, respeitando as diferenças culturais, étnicos raciais, religiosa, condição social e promovendo oportunidades igualitárias para cada criança, pois ela é um ser singular e único, cabendo às instituições de Educação Infantil em suas práticas educativas desenvolverem as seguintes capacidades de acordo com (RECNEI, 1998, p.30).:

- Desenvolver uma imagem positiva na atuação de uma forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidados com a própria saúde e bem estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e criança, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas potencialidades de comunicação e interação no meio social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e ponto de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar no ambiente atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos de aprender e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, da forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos de avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais demonstrando atitudes e interesse, respeito, e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Para que ocorra o desenvolvimento na criança, o ambiente deve ser favorável para que ocorra o aprendizado, ambientes lúdicos podem contribuir para o desenvolvimento da criança, a ludicidade tem um papel de destaque no desenvolvimento cognitivo e social da criança. (SILVA, HERMIDA & CALÁBRIA 2009, p. 153).

[...] As crianças se desenvolvem bem, caso o clima institucional esteja em condições de proporcionar-lhe segurança, tranquilidade e alegria, adultos amigáveis que escutam as necessidades das crianças e com afeto atendem a elas, constituem-se em primeiro passo para criar um bom clima, as crianças precisam ser respeitadas em suas diferenças individuais ajudadas em seus conflitos por adultos que sabem sobre seu comportamento, entende suas frustrações, possibilitando-lhes limites claros, os adultos devem respeitar o desenvolvimento das crianças e encorajá-las em sua curiosidade valorizando seus esforços.

Dessa forma, compreende-se que os ambientes destinados a educação infantil devem ser versáteis e flexíveis propondo mudanças a partir das necessidades que forem colocadas tanto para a criança, como pelas atividades propostas buscando sempre implementando nesses ambientes, elementos que contribuam para o desenvolvimento da criança, como espaços organizados e lúdicos, uma estrutura voltada para atender às necessidades das crianças e não dos adultos, proporcionando-lhes uma rica aprendizagem.

O espaço na instituição de educação infantil deve proporcionar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício de seu desenvolvimento e aprendizagem necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades que estão sendo desenvolvida, para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua função, sujeito às modificações proposta pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado, considerando as diferentes situações.

3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo abordaremos uma nova lei que regulamenta a nova forma de se conduzir o trabalho pedagógico em sala de aula, cujo objetivo é buscar a qualidade total, no sentido de formar verdadeiros cidadãos.

A educação infantil é algo que vem sendo discutido ao longo dos anos e ganhando importância no mundo contemporâneo, no contexto da educação infantil, há uma grande preocupação na formação dos professores que vão atuar, segundo na LDB – Lei de Diretrizes e Bases (9.394 - 96), “Lei de Darci Ribeiro”, em seu título III, artigos 61/62 diz:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, é oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p.22).

A LDB (9.394-96) acrescenta também no título IX, art. 87 inciso 4 que é instituída a década da educação, a iniciar um ano a partir da publicação desta da década da educação, a iniciar um ano a partir da publicação desta lei, serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Nesse sentido a lei diz que se admite o professor atuar na educação infantil com nível médio, mas que esses profissionais deverão serem qualificados em nível superior, podendo ser considerado as experiências dos que já trabalharam com crianças, buscando melhorar sua formação posteriormente e aprimorando sua qualificação profissional que possa proporcionar ao educando um bom aprendizado. Dessa forma, os profissionais que atuarão na educação infantil, deverão buscar subsídios que se integre à sua prática educativa, compreendendo que esta é uma fase da educação que se requer mais empenho do professor para atender as necessidades de cada criança.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de uma formação direcional para os professores que atuam na educação infantil, pois:

O trabalho com crianças pequenas requer competências diversas, uma vez que envolve o cuidar e o educar de forma integrada, trabalhar com conteúdos e habilidades diversas abrangendo desde os cuidados básicos essenciais até as diversas áreas do conhecimento, requer dedicação e esforço redobrado, pois a condição de educador exige constante, reflexão sobre a prática, diálogo com os pais, conversas com os pares e principalmente, o entendimento das necessidades de aprendizagens dos educandos que nem sempre são explicitados e carecem de uma atenção especial para serem entendidas e atendidas (SILVA, 2009, p.208).

Portanto, a formação continuada para os professores que atuam na educação infantil é de suma importância como contribuição para o aperfeiçoamento das habilidades do professor proporcionando ao mesmo uma reflexão crítica sobre suas atividades desenvolvidas e sobre o fazer com fazer, (FREIRE, 2001, P.43) diz que:

A prática docente crítica implicante do pensar certo envolve o movimento dinâmico entre o fazer e o pensar sobre o fazer (...) por isso é que na formação permanente dos professores o momento fundamental é o da reflexão sobre a prática.

A formação para os professores que vão atuar na educação infantil requer uma continuidade e uma permanência envolvendo os pontos reflexivos crítico sobre sua prática do cotidiano.

A formação continuada (...) contribui para a reflexão da prática e sobre a prática docente frente aos desafios da construção de consciência crítica de si e da realidade na perspectiva do assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizados de sonhos, capaz de ter raiva por que é capaz de amar (FREIRE, 1996, p. 41).

Isso significa dizer que a formação continuada propõe um estímulo à reflexão crítica e a uma autoavaliação sobre a prática (INBERNON, 2001 P. 48,49) diz que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamentos, suas atitudes etc. realizando um processo constante de autoavaliação que oriente seu trabalho. A orientação para esses processos de reflexão exige uma proposta crítica de intervenção educativa uma análise da prática do ponto de vista dos pressupostos ideológicos e comportamentais subjacentes.

Sendo assim, a formação dos professores tem que ter o propósito de estimular sua criatividade e sua formação continuada se faz necessário como meio em aprimorar suas habilidades, acrescentando à sua formação um novo conhecimento.

A curiosidade com inquietação indagadora, como inclinação ao desnivelamento de algo com pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento com sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital, não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente ou impacientemente diante do mundo que não fizemos acrescentando à ele algo que fizemos. (FREIRE, 2005, P. 18).

A formação continuada se faz necessário na vida profissional, pois a cada dia se requer uma nova forma de agir em sala de aula uma formação que estimule suas capacidades reflexivas, críticas e pesquisadoras, buscando possibilidades para atender às necessidades das aprendizagens das crianças na vida escolar.

As instituições de educação infantil devem proporcionar aos professores uma formação continuada para que haja troca de experiências na construção de novas formas de atuar em sala de aula e que também seja promovida uma emancipação os tornando em sujeitos críticos e conscientes.

Dessa forma, a formação deve ampliar no professor seus conhecimentos propondo condições para que o mesmo possa assegurar na criança uma boa aprendizagem e que nele seja desenvolvido a sua capacidade de construir e transformar suas práticas atuais inovando e renovando nesse processo contínuo de formação emancipada e crítica. Os profissionais que atuarão na educação infantil tem que ter uma grande afinidade com o seu público, deve ser qualificado e sempre estar buscando meios que contribua para sua formação, o mesmo tem que estar sempre moldando suas práticas educativas, compreendendo que nesse molde de educação requer profissionais que sejam polivalentes.

Para atuarem de modo competente na condução das propostas pedagógicas, compreendendo as funções de cuidar e educar, os profissionais da educação infantil precisam desenvolver habilidades técnicas e competências polivalentes, ser polivalente significa que ao educando cabe trabalhar com conteúdos de natureza diversas, que abrange desde os cuidados básicos até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. (SANTOS & MARTINS, 2009 p. 235).

Para ser um bom profissional, gostar de crianças não é o suficiente, um dos pontos principais é investir na sua formação superior para assegurar nas crianças um bom desenvolvimento.

Visando assegurar o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com uma pedagogia da infância que se respeite seus direitos fundamentais e as ações estejam voltadas para os desenvolvimentos e aprendizagens das crianças, vê-se cada vez mais a importância de investimentos financeiros na formação continuada do educador e demais profissionais, a fim de efetivar as funções da educação infantil definidas na política nacional de educação infantil e cuidar e educar através de ações indissociáveis numa dimensão de ajuda e compreensão além do compromisso

com o outro, buscando desenvolver as capacidades infantis e propicia situações de aprendizagem e desafios de forma intencional e orientada, objetivando favorecer as interações crianças e crianças e adultos, e desenvolver a capacidade exploratória, lúcida, criativa e autônoma mas sem se descuidar da guarda, alimentação e cuidados higiênicos. (SANTOS & MARTINS, 2009 p.231)

Sendo assim, a formação dos profissionais que atua ou irão atuar na educação infantil, a qualificação é de grande importância para o desenvolvimento das habilidades e construção de novas ações educativas, buscando sempre aprimorar suas práticas educativas através da reflexão sobre a prática. (SHON, 1992) diz que:

A formação deve incluir forte componente de reflexão a partir de situações práticas, já que esta é uma das vias possíveis para o aprimoramento profissional e desenvolvimento da capacidade reflexiva, a formação deve estimular a reflexão favorecendo o pensamento autônomo e facilitando as dinâmicas de auto-informação implicando necessariamente no investimento pessoal e no trabalho criativo e crítico.

A formação continuada para os profissionais que atuam na educação infantil é bastante importante, pois ela deverá ser voltada para atender às suas especificidades para que seja atingido o objetivo que é a mudança de paradigma de suas atitudes em sala de aula.

A sua formação é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade da educação em qualquer modalidade de ensino, pois o compromisso político e a competência técnica têm sido apontados com passos iniciais para a garantia de práticas educativas (SANTOS & MARTINS, 2009 p. 236).

É importante ainda ressaltar que a formação para os profissionais da educação infantil, conforme o autor:

(...) deve possibilitar o desenvolvimento das diferentes competências que os educadores devem construir para desempenhar bem sua função, aliando os conteúdos ao saber fazer, pois essa capacidade de resolver problemas surge na ação que pode transformar a prática (SANTOS & MARTINS, 2009 p. 236)

Considerando a formação como ponto fundamental para os professores que atuam na educação infantil, deverão entender que essa formação vão lhes proporcionar novas técnicas e habilidades que sejam desenvolvidas neste período, promovendo assim no âmbito escolar novas práticas que assegurem à criança a aprendizagem de forma interativa, possibilitando na criança seu desenvolvimento integral, esta formação deve ser reestruturada e acrescentada à cada vez que surge necessidades no âmbito escolar.

A formação permanente dos educadores que implica na reflexão crítica sobre a prática se funda exatamente nesta dialeticidade entre teoria e a prática (FREIRE, 1993 p. 112).

Nessa perspectiva, o professor enquanto sujeito inconcluso deve estar sempre buscando novos conhecimentos que venham a somar para a sua formação (FREIRE, 2005 p 56).

Dessa forma esta formação deve estar associada ao querer do professor para dar continuidade a sua formação, sendo consciente de uma formação contínua em sua vida profissional.

A consciência da necessidade de formação continuada é fundamental para que se atenda às necessidades de aprendizagem do educando, sem isso, é praticamente impossível ser um bom profissional, especialmente nos dias de hoje, quando a informação é cada vez mais dinâmica (SILVA, 2009 p. 208).

Isso significa que o professor deverá estar buscando sempre novas alternativas de capacitação e continuidade em sua formação para que sejam adquiridas novas técnicas e conhecimentos do universo infantil e serem aplicadas em sala de aula.

As educadoras precisam saber o que se passa no mundo infantil das crianças, como quem trabalha o universo de seus sonhos, a linguagem com que se defendem manhosamente da agressividade de seu mundo (FREIRE, 1993 p. 48).

Partindo destes princípios que a formação terá que ter como objetivo propor novas técnicas e possibilidades para que o professor possa entender e como trabalhar neste universo infantil, e a partir de novas mudanças que serão necessárias em sua formação, inserindo nesta formação novos instrumentos e métodos que possam ser utilizado em suas práticas educativas a fim de poder melhorar sua forma de ensinar para que a criança venha a prender com dinamicidade estimulando-as a novas descobertas e aprendizagem.

Para desempenhar a contento, a mediação de aprendizagem na construção de significados, o educador precisa conhecer como as crianças pensam e apropriam dos conhecimentos para saber intervir no sentido que elas possam avançar (SANTOS & MARTINS, p. 236).

Nesse sentido, a formação do professor deverá estar interligada ao desenvolvimento da aprendizagem da criança, buscando aprimorar suas práticas através de novos conhecimentos, o professor deve estar atento às novas modalidades de criança, pois a criança do mundo contemporâneo não é mais a criança de dez anos atrás, por isso o mesmo deve ser um pesquisador, e sempre estar buscando novas formas de ensinar assegurando à criança uma aprendizagem sistematizada e intencional.

A formação de professores deve ser considerada como obrigatoriedade e tendo como

necessidade uma formação contínua e permanente, visando favorecer a estes novas modalidades de ensino como diz (FREIRE, 1996 p.22) que (...) ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção. É nesse sentido que a formação é um fator fundamental na busca da transformação e renovação nas práticas educativas, ou seja, a formação docente continua devendo propor uma reestruturação em suas práticas, contemplando nesta formação uma nova postura do profissional da educação infantil que possa atuar de maneira reflexiva e flexível.

Podemos dizer que a formação significa mudança de postura, de comportamento, de ação e prática. Entendemos que a formação e capacitação é preparação para o trabalho, para a luta e pra vida, onde as pessoas são desafiadas a se construir pessoalmente e coletivamente, e um espaço de socialização e de produção de saberes acumulados ao longo da história de cada um da humanidade (CAMPOS, 1999, p. 131).

Portanto, uma boa formação para os professores sendo contínua e permanente contribui no seu melhor desempenho profissional e quem ganha é a criança, pois terá um bom desenvolvimento por ter gerado novos métodos de ensino e novas formas de aprendizagens:

(...) é preciso que os profissionais da educação infantil tenha acesso ao conhecimento produzido na área da educação infantil e da cultura em geral, para repensarem suas práticas, se reconstruírem enquanto cidadãos e atuem enquanto sujeito da produção de conhecimentos e para que possam mais do que implantar currículos ou aplicar propostas à realidade da creche/pré-escolas em que atuam efetivamente particular da sua concepção, construção e consolidação (KRAMER, 1994, p.13).

Sendo assim, os profissionais da educação infantil têm a necessidade de uma formação contínua abrangendo as necessidades enfrentadas em sala de aula buscando soluções inovadoras e criativa que possam ser utilizada no âmbito escolar, pois para que haja bons resultados no processo ensino-aprendizagem o professor deve estar sempre buscando métodos teóricos para facilitar em sua prática escolar. Segundo Souza 2009, p.181.

A teoria tem importância fundamental na formação dos professores, pois proporciona a eles a possibilidade de compreender os contextos históricos, sociais, organizacionais e também aqueles nos quais se inserem como profissional da educação.

A formação dos professores deverá ter a relação entre a teoria e a prática, buscando reflexões teóricas que possa atender às necessidades específicas de cada criança, inserindo novas formas de ensino em sua prática educativa. É nesse entendimento que o professor não pode se

restringir apenas a um conhecimento e se faz necessário que o mesmo busque novas fontes teóricas, pois (...) a formação geral de qualidade dos alunos depende de uma formação de qualidade dos professores. Podemos apontar pelos menos três fatores predominantes para a formação de profissional da educação infantil. Freire (2005, p.39) nos aponta que:

Pesquisa: a formação deve estimular o professor a buscar novos métodos de ensino que dê suporte a aprendizagem de cada criança, pois, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.

Criticidade: a formação deve possibilitar uma reflexão crítica de sua prática promovendo mudanças em suas ações no âmbito educativo, a crítica e a curiosidade epistemologicamente resultante da transformação da curiosidade ingênua, que se critica.

Curiosidade: a formação deve instigar os profissionais a estar sempre buscando novos meios que se interligue a sua prática.

Portanto, a formação profissional requer inovação e renovação para os professores atuarem de modo eficaz e atualizado propondo reajustes em suas práticas educativas e nos estratégias capazes de promover a aprendizagem na criança, para que seja efetivada esta proposta é necessário que os municípios invistam mais na educação e as secretarias da educação priorize uma formação contínua e específica propondo cursos de capacitação, encontro formativo e intercâmbio entre os professores gerando trocas de experiências.

Um processo de formação de professores em que as escolas sejam concebidas como uma instituição essencial para o desenvolvimento de uma democracia crítica é também para a defesa dos professores como intelectuais que combinam a reflexão e a prática, a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos (SOUZA 1997, p. 182).

Segundo o autor as escolas poderão propor grupos de estudos que discutam estas questões e que venham a surgir novas idéias para serem inseridas no âmbito educativo.

É fundamental investir no papel do professor como grandes responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem como aquele que reflete sobre sua prática e aprende com ela, na medida em que toma consciência de suas ações e seus efeitos sobre seus alunos, sobre a escola e sobre si mesmo. (PIMENTA, 1999 p. 76).

Desta forma, a formação terá como base, ampliar os conhecimentos dos professores, informando e formando de forma contínua (...) a formação continuada de professores deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores rumo à autonomia e levar a uma prática crítica e reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente, via Internet. Nesse sentido, compreende a formação como um processo contínuo na vida

profissional do professor.

A formação continuada é concebida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional do professor onde a formação inicial e continuada é concebida de forma inter-articulada, em que a primeira corresponde ao período de aprendizado nas instituições formadoras e a segunda diz respeito a aprendizagem dos professores que estejam no exercício da profissão, mediante ações dentro e fora das escolas, denominado pelo Ministério da Educação (MEC), e de formação permanente (SEF, 1999).

Assim sendo o processo de formação continuada permanente deve estimular a autonomia do professor para que haja partilha e troca de saberes entre eles, como afirma SILVA & ARAÚJO, 2009.

O processo de formativo deverá propor situações que possibilitem a troca de saberes entre os professores, através de projetos articulados de reflexão conjunta para tanto indicado como metodologia para a formação, os seguintes dispositivos o estudo compartilhado; o planejamento e o desenvolvimento de ações conjuntas; estratégias de reflexão da prática; análise de situações didáticas; entre outros.

Nessa perspectiva, a formação contínua permite a estes profissionais a socialização e a construção de novos conhecimentos, através de estudos individuais e coletivos propondo ao mesmo um olhar crítico e reflexivo sobre sua prática.

O grupo de formação, em que essa prática de mergulhar na prática para nela iluminar o que nela se dá são se bem realizados a melhor maneira de viver a formação permanente (FREIRE, 1993 P. 112).

Por isso, entende-se que a formação deve se constituir pelo comprometimento do professor em estar sempre se atualizando e buscando continuamente conhecimentos teóricos ou em inovação em sua prática educativa.

A curiosidade, a humildade, a coragem, o comprometimento, a superação própria e de seus alunos, são virtudes e qualidade que devem estar contida no perfil do professor (SANTOS 2009, p. 200).

É nesse sentido que o professor esteja sempre a buscar e ter o pensamento do querer mudar, inovar e renovar em sua formação, pois:

Existe uma lacuna na formação destes profissionais, especialmente no que se refere à capacidade crítica, reflexiva e investigativa. É inegável o esforço em mudar para melhor, mas dificilmente os resultados serão compensadores se o professor permanecer como mero ator neste cenário. Torna-se necessário que ele repense a sua prática e tenha um olhar científico sobre os problemas que permeiam o processo educativo (SILVA 2009, p. 206).

Dessa forma, faz-se necessário discutir alguns pontos no processo de formação contínua e nos cursos de capacitação em serviço, para que os profissionais da área possam ter suportes na compreensão de como renovar seu ambiente de trabalho, organização das atividades, planejamento e entre outros. De acordo com (FONSECA, 1990) “Nesses cursos deveriam ser discutidas às várias formas de organização das atividades de educação infantil, entre elas a que se faz por temas geradores ou projetos”. O equilíbrio entre as atividades espontâneas e as dirigidas, as individuais e as coletivas, as rotineiras e as flexíveis: estes são alguns dos temas que poderiam fazer parte dos cursos de formação e capacitação docente.

Isso significa dizer que os profissionais devem se dedicar mais em melhorar suas ações educativas de acordo com as necessidades de cada criança e de seu contexto por isso que:

Os profissionais da educação infantil precisam saber em que consiste a ação educativa, isto é quais os pontos de partida e de chegada e os caminhos que levaram educadores e educandos de um ponto a outro. Imaginação pedagógica formação psicológica são imprescindíveis para que o tempo e o espaço da educação infantil sejam empregados para atender os interesses e as necessidades da criança, sujeito do processo educativo (FONSECA, 1990 p. 126).

É importante ressaltar a importância da formação inicial e contínua na vida do profissional, pois garante ao mesmo o aprimoramento e desempenho de suas habilidades técnicas, pois (...) é na formação dos profissionais que vão atuar na educação infantil que está a chave para uma atuação responsável e competente (FONSECA, 1990 P.216). Portanto com base nas resoluções CNE/CP nº 01/2002 e CNE nº 2/2002 destaca os fundamentos da formação de professores em seu artigo 2 que diz:

- I – o ensino visando aprendizagem do aluno;
- II – o acolhimento e o trato à diversidade;
- III – o exercício de atividades de enriquecimento natural;
- IV – o aprimoramento em práticas investigativas;
- V – a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI – o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII – o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Sendo assim, o processo de formação dos professores compreende-se em uma constante exigência de reflexão, construção e transformação, seja em seus aspectos teóricos e práticos, sendo necessário estar sempre em construção e reconstrução numa perspectiva de transformação e mudança na educação infantil.

Entende também, que a formação é na verdade auto formação uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências e práticas cotidianamente vivenciadas no contexto escolares. E nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores, vão constituindo seus saberes como praticun, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática. (PIMENTA, 1999 P. 29).

Nesse sentido, outro ponto que pode ser englobado nesta formação é a construção de uma formação reflexiva, uma reflexão crítica sobre a prática a partir das necessidades da sala de aula. (ROSA, 1993 p.38).

Ressalta a importância de preparar professores que assumam uma atitude reflexiva em relação ao seu ensino e as condições sociais que o influencia, afirma ainda que, reconhece essa tendência de formação reflexiva umas estratégias para melhorar a formação dos professores, uma vez que pode aumentar sua capacidade de enfrentar a complexidade, as incertezas e as injustiças na escola e na sociedade.

Dessa forma, compreende a formação numa perspectiva de transformação e mudança na educação infantil.

A formação de professores na tendência reflexiva se configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal profissional dos professores e das instituições escolares uma vez que supõe condições de trabalho propiciadores da formação como contínua dos professores no local de trabalho em redes de autoformação. Isso porque trabalhar o conhecimento dinâmico da sociedade multimídia, da globalização da multi-culturalidade das transformações nos mercados de produtivos, na formação dos alunos crianças e jovens, também eles em constante processo de transformação cultural, de valores de interesses e necessidades, requer permanentemente formação entendida como ressignificação identitária dos professores (PIMENTA 1999, p.31).

Nessa perspectiva o autor propõe a formação numa perspectiva que denomina crítico-reflexivo, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de formação autoparticipada. A formação é nesse sentido entendida de forma contribuinte para o professor em sua autonomia intelectual, contribuindo para uma consciência crítica e emancipatória propondo trocas de conhecimentos e experiências entre os professores.

Os profissionais da educação, em contato com os saberes sobre a educação e sobre pedagogia, podem encontrar instrumentos para se interrogarem e alimentarem suas práticas (BARREIRO, 2006).

Assim sendo, compreende a formação em um contexto ação reflexão, onde o professor terá que rever sua prática com um olhar crítico reflexivo, cabendo a ele analisar os pontos que não

contribui para o desempenho na aprendizagem da criança e procurando buscas novas alternativas, novas propostas que possa ser pensada de acordo com o contexto de cada criança, a formação de professores apontam para o desejo de superar a relação linear, mecânica entre o conhecimento científico-técnico e a prática na sala de aula. A formação continuada permite ao professor ter acesso a novos conhecimentos, novas teorias que contribui para o processo ensino-aprendizagem.

O papel das instituições educativas e principalmente da escola, e orienta os educadores a pensar e refletir. Cultivar o desenvolvimento das habilidades de raciocínio através da discussão de temas da atualidade e do cotidiano das pessoas ajudará não somente na aprendizagem acadêmica como na de inferir, comparar relacionar, classificar, definir e reduzir, criticar, fazer analogias, bem como se desenvolver valores positivos e posicionar-se diante da via (CAMPOS 1999, p. 132).

As instituições de educação infantil devem promover uma formação contínua específica para os professores atuantes na educação infantil, propondo reformulações em suas práticas educativas através de oficinas pedagógicas, encontro, palestra, cursos de capacitação e debates com temas da atualidade, discutindo as dificuldades e buscando soluções, promovendo a construção de um programa contínuo e específico para acrescentar na formação inicial dos professores novos caminhos e ampliando sua capacidade de aprender para melhor ensinar, entendendo a formação continuada numa perspectiva do inacabado (FREIRE, 2002) nos mostra, que “o homem é um ser inconcluso e se vê um ser consciente de sua inconclusão”, e partindo desse princípio, a formação deve ser contínua e permanente, pois poderá desenvolver nos professores um olhar crítico e farão uma reflexão para que suas práticas educativas não sejam permanentes, e que deverá ocorrer mudanças e modificações para um melhor ensino e uma melhor aprendizagem, entendendo que, a formação ocorre pela necessidade de ampliar e suprir a formação inicial, e as dificuldades enfrentadas no âmbito escolar conforme (ROSA, 2006).

A formação continuada em serviço passou a ser considerada uma das estratégias fundamentais para o processo de construção de um novo perfil profissional do professor.

Portanto na educação infantil se exige um professor qualificado e que esteja à disposição da mudança e renovação, pois compreende que, o professor estando qualificado possui conhecimento e o saber pedagógico e tem compromisso com o processo ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva a formação promoverá a qualificação específica dos professores da educação infantil ressaltando que:

(...) o processo de formação continuada deve ser viabilizado de forma reflexiva, toando o contexto como ponto de partida para a discussão, teorização e decisão, o sentido de assegurar uma prática educativa de qualidade (SANTOS & MARTINS, 2009, p.239).

Porém, compreende-se que as instituições de formação de professores deverão ser repensadas e implementadas uma nova proposta político educacionais, como enfatiza (CAMPOS, 1999).

(...) que as escolas de formação de professores necessitam ser recebidas com esferas contra pública, de modo a propiciarem a formação de professores com consciência e sensibilidade social. Para isso, educá-los como intelectuais críticos capazes de ratificar e praticar o discurso da liberdade e da democracia.

Dessa forma, a formação continuada como uma proposta poderá ser organizada por módulos:

Módulo I – saberes estruturantes; fundamentos sociológicos e filosóficos: ser criança; evolução histórica do conceito de criança; legislação em vigor que ampara e protege a criança; direitos das crianças; lei de diretrizes e bases da educação; estatuto da criança e do adolescente; função da creche: objetivos da creche; perfil do educador; diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil; incumbência da secretaria de educação municipal.

Fundamentos psicológicos: característica do desenvolvimento da criança nos aspectos da linguagem; motricidade, intelectual e social; contribuições de teóricos precursores da educação infantil; aprendizagem na infância e as dificuldades; distúrbio de comportamento.

Fundamentos pedagógicos: ensinar e aprender na infância; orientações didáticas; adaptação da criança e creche; estrutura e funcionamento da creche, relação família/creches; eixos curriculares.

Módulo II – saberes e práticas – oficinas pedagógicas: movimento: ludicidade na creche; brincadeiras e brinquedos para crianças de 0 a 3 anos. Linguagem oral: rodinhas de conversas; contando e recontando histórias. Matemática: raciocínio lógico matemático; construção de conceito de número. Natureza e sociedade: trabalho com temas integradores e projetos didáticos. Musicalidade: produção e apreciação musicais. – artes visuais: modelagem, pintura, desenho e dobradura. – planejamento e avaliação.

Nesse sentido entendemos que a formação contínua na vida do profissional da educação infantil requer um planejamento que seja incluso uma proposta pedagógica de integrar novas metodologias viáveis e coerentes com a faixa etária de cada criança, discussões sobre as atividades direcionadas às crianças, organizações dos espaços, orientações sobre como trabalhar com as crianças, respeitando suas especificidades, construção de proposta curricular projetos educativos e organizações dos conteúdos, pois conforme (RECNEI, 1998).

A implantação de uma proposta curricular de qualidade depende principalmente dos professores que trabalham nas instituições. Por meio de suas ações que devem ser planejadas e compartilhadas com seus pares e outros profissionais da instituição;

pode construir projetos educativos de qualidade junto às famílias e às crianças. A idéia que preside a construção de um projeto educativo e a de que se trata de um processo sempre inacabado, provisório e historicamente contextualizado que demanda reflexão e debates constantes com todas as pessoas evoluídas e interessadas.

4 ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA SIGNIFICAÇÃO DA AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Neste capítulo o propósito é de tentar mostrar as ideias existentes acerca do conceito de afetividade na escola, este conceito não é muito difícil de ser explicado, pois já vem sendo divulgado no campo da Psicologia da Educação.

Com a divulgação das ideias de Vygotsky, vem mostrando uma visão essencialmente social para o processo de aprendizagem. Numa perspectiva histórico-cultural, o enfoque está nas relações sociais, pois para o autor é através da interação com os outros a criança incorpora os instrumentos culturais.

Vygotsky (1994), ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura que a criança, através da interação social com as pessoas que a rodeiam, vai se desenvolvendo na medida em que vai se apropriando das práticas culturalmente estabelecidas, ela vai evoluindo das formas elementares de pensamento para formas mais abstratas, que a ajudarão a conhecer e controlar a realidade. Nesse sentido, Vygotsky destaca a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas também de constituição do próprio sujeito e de suas formas de agir.

Segundo o autor, o processo de internalização envolve uma série de transformações que colocam em relação o social e o individual. Afirma que “todas as funções no desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois no nível individual; primeiro entre pessoas (inter-psicológica), e, depois, no interior da criança (intra-psicológica)” (1994, p. 75).

Partindo desse pressuposto, o papel do outro no processo da aprendizagem torna-se fundamental, conseqüentemente, a mediação e a qualidade das interações sociais ganham destaque, por isso a importância do educando interagir com os colegas, seus familiares e professores.

O papel do professor passa a ser de estimulador, o orientador da aprendizagem do aluno como sujeito, vai "aprender a aprender", ou seja, assimilar os mecanismos de busca do conhecimento. A educação fundamenta-se no princípio da liberdade, sendo a criança livre, autônoma, no processo de investigação do conhecimento, no qual o professor estimula o aluno a pensar, criar, produzir e pesquisar. As relações professor e aluno passam a ser consideradas como democráticas, porque não é mais o professor que escreve, mas o aluno que passa a ser um elemento

ativo no processo educacional.

É uma relação que se fundamenta na amizade, no sentimento e na afetividade. Como a preocupação do educador é tornar a criança psicologicamente feliz, e desenvolver suas habilidades individuais, há necessidade de mudanças significativas na organização do espaço escolar, com a introdução do colorido, do belo, da alegria através da música. O método de ensino é o da pesquisa, da experimentação, da manipulação dos objetos, da busca de soluções de problemas e da descoberta em que se valorizam os trabalhos em grupo e os individuais.

Embora o conjunto motor, afetivo e cognitivo tem identidade estrutural e funcional diferenciadas, estão tão integrados que cada um é parte construtiva dos outros. Qualquer atividade motora tem ressonância afetiva e cognitiva; toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas [...] (WALLON, 2009, p. 72).

Observa-se que na teoria Walloniana:

A afetividade é o ponto de partida do desenvolvimento do indivíduo, uma vez que, a partir da organização do contato com o outro, é que a criança cria um vínculo afetivo, com a mãe é através da amamentação que logo é substituído por uma relação mais estreita de contentamento para ambos, mãe e filho (WALLON, 1975).

Existe uma grande divergência quanto à conceituação dos fenômenos afetivos. Na literatura encontra-se, eventualmente, a utilização dos termos afeto, emoção e sentimento, aparentemente como sinônimos. Entretanto, na maioria das vezes, o termo emoção encontra-se relacionado ao componente biológico do comportamento humano, referindo-se a uma agitação, uma reação de ordem física. Já a afetividade é utilizada com uma significação mais ampla, referindo-se às vivências dos indivíduos e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas.

A afetividade desenvolve um papel importante nas relações básicas de um indivíduo, além de influenciar na percepção, na memória, no pensamento e na iniciativa de ações, sendo assim através da afetividade é que a personalidade de uma criança é formada. “a afetividade refere-se às vivências dos indivíduos, e às formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas. (KRUEGER, apud SILVA, 2008, p. 1), ela desenvolve na criança as ações pensantes e demais ações desenvolvidas por ele.

Afetividade é o termo usado para designar e resumir não só os afetos em uma acepção mais estreita, mas também os sentimentos ligeiros ou matizes de sentimentos de agrado ou desagrado, enquanto o afeto é definido como qualquer espécie de sentimento e emoção associada às ideias ou complexos de idéias. (CABRAL E NICK, 2009, p.1).

A afetividade é uma dimensão indissociável do desenvolvimento biológico e cognitivo que

compõe a vida e as relações das pessoas desde a infância até a velhice. Segundo Wallon apud Alves (s.a., p.8) “muito cedo na vida da criança estabelecem-se laços afetivos que são também importantes para sua sobrevivência quanto à alimentação material.

Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (FERREIRA, 1999, p. 62).

A afetividade tem grande função no processo de desenvolvimento da personalidade de uma criança, e é formada a partir da ação do meio social, pois assim como a inteligência ela é constituída ao longo de uma história podendo se modificar de um período a outro. “A afetividade não se restringe às emoções e aos sentimentos, mas engloba também as tendências e a vontade.” (PIAGET, apud ABRANTES, 2003, p. 57), nessa frase Piaget afirma que o ser humano se desenvolve cognitivamente a partir de uma afetividade na família e também no ambiente escolar, estar bem afetivamente é estar bem consigo, e assim estar mais disposto para novas ações de aprendizados é estar motivado para buscar conhecimento.

A afetividade tem um papel imprescindível no processo de desenvolvimento da personalidade da criança, que se manifesta primeiramente no comportamento e posteriormente na expressão. Almeida (1999, p. 42) ao mencionar Wallon diz que ele atribui à emoção como os sentimentos e desejos, são manifestações da vida afetiva, um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano.

A partir da prática docente presente na vida profissional do educador, observa-se que as crianças pequenas apresentam comportamentos, atitudes, dificuldades na área cognitiva, intelectual, física e social, relacionados às questões da afetividade. Para que sejam desenvolvidas todas as habilidades que as crianças na faixa etária afetada, é necessário um pleno desenvolvimento humano. Contudo, as mesmas necessitam conviver em um ambiente onde as relações afetivas se fazem presente: como na escola, em casa, na comunidade e nos demais meios que as cercam.

Segundo pesquisas sobre a teoria de Wallon, entendemos afetividade como uma das etapas pela qual percorre a criança desde a primeira infância. Um recém-nascido, mesmo antes de instituir uma relação no sentido de conhecer e descobrir o mundo físico possui um sentimento de afetividade. Dependendo de sua condição familiar e o ambiente em que vive, esta “emoção” gerada o acompanhará por toda sua vida.

Afetividade como domínio funcional é uma das etapas que a criança percorre, segundo WALLON (1981), um recém-nascido antes de instituir uma relação no sentido de conhecer,

descobre o mundo físico, permanece por um período voltado a si mesmo, como se estivesse desenvolvendo determinadas habilidades para posteriormente interagir com o mundo.

A afetividade simples se manifesta em expressões motoras, que vai evoluir para o comportamento mais complexo, mais tarde a comunicação se diversifica através da linguagem, suprimindo em parte a sensibilidade orgânica pela sensibilidade oral, e assim a linguagem vai cada vez mais desenvolvendo a sensibilidade da criança, tornando a comunicação oral uma forte relação de negociação consigo mesma.

A criança tem sentimento, tem corpo, tem cultura, e ela deve desenvolver todas essas dimensões. A escola deve estimular o cuidado com a saúde, a livre expressão de ideias e sentimentos. A firmeza na luta e ternura do relacionamento com outras pessoas. A escola deve cultivar, enfim, a alegria coletiva de revolucionar a vida por inteiro (DOSSIE 2005, P.33).

A afetividade estende-se às etapas evolutivas, sendo a primeira ligada à base orgânica refletida no bem estar ou mal estar, com início no estágio de impulso próprio, nos primeiros dias de vida do bebê. Com influência do meio, a afetividade orgânica se manifesta em gestos simples transformando-se em meios de expressão diferenciados e refletidos no período emocional. Segundo WALLON, 1981 “muito cedo na vida da criança estabelece-se laços afetivos que são também importantes para sua sobrevivência quanto à alimentação material”.

Podemos observar que na teoria Walloniana a afetividade é o ponto de partida do desenvolvimento do indivíduo. É a partir da organização do contato com o outro, que a criança cria um vínculo afetivo com a mãe através da amamentação que logo é substituído por uma relação mais estreita de contentamento tanto para a criança quanto para a mãe.

Conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza (FERREIRA, 1999, p. 62).

Nesse período, as relações familiares são de extrema importância para o crescimento e o desenvolvimento do homem, pois o meio é uma circunstância de ajuste na modelagem e significação para o indivíduo. Aos poucos a diferenciação do meio social e suas mudanças passam a formar grupos que vão conquistando a afetividade de maneira diferenciada de si e dos outros, e conseqüentemente a base do seu próprio “eu”, mas essa formação de personalidade, segundo WALLON (1981), acontece de forma gradativa passando por um processo que percorrerá os estágios do desenvolvimento.

Também inclui os sentimentos, a afetividade que é subjetiva tendo mais duração e maior significado. As emoções por sua vez são verdadeiros sintomas imediatos como fortemente orgânicos. Segundo WALLON (1981), a emoção deve ser diferenciada de algumas manifestações afetivas. Em sua teoria, verificamos que o relevante seria a emoção refletida na sala de aula, pois a escola muitas vezes só mantém a função de transmissora do conhecimento, ignorando o trabalho paralelo do desenvolvimento humano, relacionado ao aspecto cognitivo, pois na verdade, os aspectos afetivos são considerados como processos distantes da relação do conhecimento.

Assim é desconsiderada também a relação entre a afetividade e a inteligência, enquanto que os dois aspectos são concomitantes entre si, pois ao mesmo tempo em que a afetividade se estende ao desenvolvimento do indivíduo, a inteligência caminha paralelamente a esse processo de desenvolvimento integrado. Com relação ao aspecto motor, fica como uma ação que altera o desempenho cognitivo e intelectual, associando à falta de atenção e compreensão as regras na sala de aula.

A comunicação na relação educativa tende a eliminar esse aspecto, considerado uma ameaça no desenvolvimento da aprendizagem, concentração das crianças, interpretando a disciplina. De acordo com WALLON (1981), os movimentos podem gerar emoções e ser representados neles, facilitando sua aprendizagem.

A criança pode indicar estados emocionais, partindo dos movimentos por elas executados, e que devem ser levados em consideração no contexto da sala de aula. Na verdade, as atitudes dos professores diante da alegria, do medo ou da tristeza são variadas, procurando mostrar ao aluno que o seu comportamento foi inoportuno naquele momento, e que o desagradou. Por esse motivo, os professores necessitam ter acesso a mecanismos que reduzam a emoção, ou que ao menos os deixem menos vulneráveis a ela.

A representação é uma forma de reduzir uma crise emocional, algumas técnicas como dramatização, desenho, relato oral, podem ser usados com o intuito de resolver os conflitos que surgirão e proporciona a estabilidade emocional a todos.

Na teoria Walloniana o meio, tanto físico como social em que a criança vive é muito importante, exercendo uma grande influência no desenvolvimento da mesma com relação às relações humanas, os estímulos cognitivos e afetivos que são extremamente importantes na construção do sujeito. Todo trabalho desenvolvido pelo professor na escola depende de envolvimento afetivo, por parte dele. Esta relação afetiva trará enorme contribuição para a educação. Segundo Antunes (2006, p.85):

Os alunos sentem que seus professores constituem equipe com uma finalidade e que esta se valoriza pela intensidade com que se respeita sua individualidade e a

inteligência e age com espontaneidade afetiva.

Esta prática se faz necessária para o próprio exercício do processo educativo, não deixando de lado a realidade de que, enquanto seres humanos, os professores possam ter dificuldades para estabelecer relações afetivas com alguns alunos, até porque estas interferências deverão ser resolvidas ao longo do seu trabalho, mesmo porque para isso deverão estar sempre em contato com novas metodologias, pois influirá em sua educação pessoal e profissional.

Vale-se dizer então que além das metodologias usadas deve-se prevalecer o bom senso do educador a respeito da utilização de novas técnicas na aprendizagem, ressaltamos a necessidade da existência de relações educacionais no ambiente da sala de aula. Sabemos que é mediante o estabelecimento de vínculos que ocorrem o processo de ensino – aprendizagem, mas estes vínculos precisam ser significativos e prazerosos.

Para que a aprendizagem aconteça é necessário que se institua em um ambiente onde o ajustamento afetivo seja a condição primordial.

Os estudos dos teóricos sobre afetividade, e a partir de pesquisas, perceberam a interação que existe entre o ambiente familiar e a escola como o segundo ambiente socializado, a criança que vive em ambiente familiar equilibrado e que lhe oferece as condições mínimas de experimentar e expressar suas emoções tem maiores chances de lidar com a segurança, tranquilidade com seus sentimentos e pode, dessa maneira, trabalhar com seus sucessos e fracassos de forma mais adequada (MARTINELLI, 2001, p. 114).

Também na escola será apresentada aos alunos uma gama divergente de opiniões, pois nesse ambiente estarão inseridas diversas pessoas que pensam e agem distintamente.

De acordo com o princípio de globalidade, um dos pressupostos básicos da teoria sistêmica é que “toda e qualquer parte de um sistema está relacionado com as demais partes”, e a mudança em alguma delas provocará transformações nas demais e consequentemente afetará o sistema total.

Nesse sentido, a criança precisa envolver-se em um ambiente escolar de modo a sentir-se acolhida por todos e em todos os sentidos, para que seja possibilitado seu desenvolvimento em sua totalidade, sem descaracterizar suas origens.

A adaptação ao ambiente escolar, principalmente no início da escolarização, bem como as exigências demandadas por ela, pode ser motivo de muitas angústias e geradora de insegurança por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, que se sentem obrigados a corresponder às exigências tanto dos pais quanto dos educadores.

Seu desempenho, sempre colocado à prova, é visto como motivo de status e aceitação, tanto por parte dos adultos como por seus pares. Passar por uma situação

de fracasso ou que coloque sua capacidade em dúvida pode gerar um desconforto e um sentimento de desvalorização, que uma vez prolongado pode gerar problemas mais sérios de adaptação da conduta, além de afetar de maneira intensa a confiança e o valor atribuído a si mesmo. (MARTINELLI, 2001, p.114).

Portanto, a criança deverá sentir-se segura, acolhida e protegida por todos envolvidos no seu processo de aprendizagem, e para tanto é necessário que a família, comunidade e escola estejam sempre presentes.

Na sociedade em que vivemos a família é o alicerce, o ponto referencial de qualquer criança. Portanto, falta da companhia dos pais, os maus exemplos dos mesmos podem acarretar problemas, nas escolhas de seus filhos, para o resto de suas vidas. Pois, a formação de seu caráter, suas expectativas, sua concepção do mundo gira em torno dos conceitos, que seus pais, sua família lhes ensinou. Mesmo que na idade adulta o filho decida seguir um caminho diferente daquele estipulado durante sua infância, levará sempre consigo os ensinamentos, os exemplos mais claros que lhes foram passados.

Portanto, uma criança que cresce em um ambiente de discórdias, pode sofrer duas reações, ou ela segue o exemplo de seus pais porque viu e tornam-se agressivas ou tomam outro rumo, mas sem saber que em sua adolescência é uma fase de escolhas.

É nesta fase que o indivíduo mais necessita de compreensão e afetividade para que possa distinguir o certo do errado e através desta fase é que serão determinadas suas atitudes.

Podemos observar, por exemplo, o caso de pais alcoólatras, pais usuários de drogas, etc. A criança cresce no meio dessa família, e fica sem saber o que é certo ou errado, não podendo formar dentro da sua mentalidade um horror ou uma entrega, uma aceitação momentânea que mais tarde trará sérias conseqüências. Esta situação, e muitos outros fatores, podem envolver a criança e influenciar em sua formação, tornando difícil e demorada sua adaptação em sala de aula.

É a partir deste momento que a presença do professor vai fazer a diferença em seu comportamento, seu aprendizado, sua socialização, sua auto-estima. A criança passa a sentir que faz parte do processo em que está inserida.

Deve ficar claro que depende da afetividade do professor, para que o aprendizado desta criança seja efetivo. Na realidade o professor, com sua compreensão e participação, passa a ser um sujeito que faz parte da história pessoal de cada aluno, e não apenas um mero transmissor de conhecimento. Porque através dessa interação entre aluno e professor é que se estabelecem as afinidades ou afetividade.

Com essas atitudes do professor, elimina ou diminui o fator de risco na aprendizagem de seus alunos. Essa relação educativa do professor é a maior e pura demonstração de amor, carinho à

profissão, e forma de afetividade aos seus alunos.

4.1. Aspectos Psicopedagógicos – Educação Infantil

Nesse trabalho a psicopedagogia institucional age dentro da escola, com todos os profissionais envolvidos diretamente com os alunos, cujo sua finalidade é de ajudar os alunos com dificuldades de aprendizagem na escola. Além de orientar a criança o psicopedagogo institucional poderá orientar os pais que passam por problemas familiares.

Os psicopedagogos são, portanto, profissionais preparados para a prevenção, diagnósticos e tratamento dos problemas de aprendizagem escolar.

A psicopedagogia se ocupa de um sujeito que aprende assim como a psicanálise se ocupa de um sujeito que deseja e a epistemologia genética de um sujeito que conhece.

O ponto moral de sua abordagem não se detém a inteligência, mas a articulação entre o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo, numa relação com um e outro, que constitui o terreno onde o ensino-aprendizagem acontece (FERNANDEZ, 1992, P.97).

A autonomia do pensamento, possível e necessária para que uma pessoa tenha contato com a faculdade humana mais apreciada que é a liberdade, constitui o objeto desta psicopedagogia. As situações nas quais um ser humano, dotado para conhecer e aprender resigna esta possibilidade aprisionando sua inteligência, constitui o drama de onde emana esta nova disciplina que chamamos psicopedagogia.

Segundo GIACAGLIA e PENTEADO (2000),

A Orientação Educacional é um processo educativo que se desenvolve paralelamente ao processo de ensino – aprendizagem. As atividades técnicas desse processo podem ser agrupadas nas funções de: planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento.

Nestas funções, segundo as autoras, podem ser definidas tanto as atividades específicas que o Orientador Educacional irá exercer como aquelas que serão desenvolvidas em parceria com os professores e outros profissionais.

As autoras ressaltam, ainda, que o Orientador Educacional participa no processo do Planejamento Curricular e na sua realização, bem como define e faz pesquisas, participa na elaboração do plano da escola e elabora o Plano de Atividades da Orientação Educacional, tendo em vista o trabalho em conjunto com a Administração Escolar, Supervisão Pedagógica e outros

setores referentes à escola, as atividades em parceria da escola e da comunidade e as atividades de integração da escola e da família. O planejamento e a elaboração do plano escolar costumam ocorrer no final do ano letivo anterior ou no início do ano em questão, dependendo do calendário de cada escola, e devem contar com a participação de todos os profissionais que nela atuam.

Participando do planejamento, e da caracterização da escola e da comunidade, segundo as autoras (2000, p.15), o Orientador pode contribuir para decisões que se referem ao processo educativo como um todo, visando um melhor atendimento à educação integral dos alunos.

Segundo GIACAGLIA e PENTEADO (2000) na coordenação, o Orientador deve acompanhar o desenvolvimento do Currículo na parte que diz respeito ao seu setor de trabalho, isto é, possibilitar a elaboração e o desenvolvimento dos planos de ensino segundo os objetivos da sua área de trabalho, desenvolver atividades específicas relacionadas ao seu campo, organizar arquivos de dados pessoais de alunos que sejam necessários para uma melhor desenvoltura do seu trabalho e desenvolver atividades educativas (visitas, festas, programas preventivos a saúde, higiene e segurança, atividades culturais, entre outras).

Na avaliação, segundo GIACAGLIA e PENTEADO (2000, p. 34), é papel do orientador educacional, adequar os resultados do processo ensino - aprendizagem aos objetivos educacionais, identificar com os professores e com a Supervisão Pedagógica as causas do baixo rendimento escolar dos educandos, constatar os resultados do plano de atividades do setor ao qual pertencer, esclarecer para a comunidade e, em especial, para os pais dos alunos, sobre os programas de ensino (o porquê e a importância do que se foi trabalhado), estabelecer critérios para um bom desempenho dos outros setores da instituição educacional e obter a produtividade da escola como um todo e não de uma maneira isolada.

No assessoramento, o Orientador colabora com a supervisão pedagógica durante o planejamento e a avaliação das suas atividades e auxilia os professores na elaboração, na execução e avaliação dos seus programas de ensino.

KUHLMANN JUNIOR (1998) ressalta que a Orientação Educacional, no âmbito da Educação Infantil, pode ocorrer individualmente ou em grupos, trabalhando questões referentes à formação global do indivíduo, no que tange às questões de respeito, amor, fraternidade, dignidade, solidariedade, responsabilidade, ética e outros valores fundamentais e essenciais, segundo o autor, para a convivência harmoniosa da pessoa humana.

Afirma ainda o autor, que a Orientação Educacional, na Educação Infantil, deve buscar a integridade do ser, bem como cooperar com os professores no sentido da boa execução dos trabalhos escolares realizados pelos alunos, “buscando imprimir segurança na execução dos

trabalhos complementares e velar para o estudo de forma prazerosa e construtiva, influenciando-o na preparação para o exercício de cidadão crítico e participativo”. (2005).

Conforme o autor a área de atuação do Orientador Educacional na Educação infantil destaca-se:

[...] através de uma preocupação com o desenvolvimento psicomotor e na preparação para a alfabetização, desenvolvendo a motivação nos alunos. Bem como, o Orientador Educacional na Educação Infantil trabalha com os alunos às questões de socialização, desenvolvimento de habilidades de convívio, ecologia humana e educação sexual. Assim como desenvolve a valorização do trabalho docente e com a identificação de profissionais (KATZ, 1996 p. 95).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afetividade está presente em todas as relações pessoais e profissionais, por isso, sua importância na realização subjetiva de cada indivíduo. A afetividade, nos primeiros anos de vida, é ainda mais importante, pois é quando a criança ou o adolescente está aprendendo a organizar suas estruturas mentais e cognitivas.

A afetividade influi e facilita na aprendizagem, pois nos momentos informais, o educando aproxima-se do educador, trocando experiências, expressando seu ponto de vista e fazendo questionamentos, sendo tais atitudes significantes para a construção do conhecimento. Dessa forma o professor deve sempre estar aberto ao diálogo e atitudes que favoreçam o aprendizado de seus alunos, mantendo com eles um bom relacionamento.

Cabem aos pais, professores e toda equipe pedagógica construir com o papel de afetividade no desenvolvimento da criança, onde sejam trabalhadas as emoções de forma prazerosa, pois o resultado do trabalho com essas características podem resultar em grandes aprendizagens significativas, seja ela em casa ou na escola.

A afetividade estimula a criança a alcançar seus objetivos e a ter êxito em seu processo de aprendizagem, por isso, deve estar presente em seu cotidiano escolar, pois envolve atenção, carinho, respeito e interesse, pois quando existe uma relação de troca o processo de ensino-aprendizagem será efetivamente produtivo.

Desta forma, podemos notar que a afetividade se constitui em um fator de grande importância no processo do desenvolvimento humano, e, por conseguinte na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre pessoas. Para que essas relações sejam construtivas, a presença da afetividade é indispensável, pois ela irá nortear o processo de interação e convivência entre elas.

6 REFERÊNCIAS

ALMADA, F. A. C., “Educação Infantil e Cidadania: Desafios da Pedagogia (pós) Modernidade. IN HERMIDA, Jorge Fernando (orgs). Educação: políticas e fundamentos. 2ª ed. Editora Universitária – João Pessoa, UFPB 2009.

ANTUNES, Celso. Educação infantil: prioridade imprescindível. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEM-VINDO, mundo!: Criança, cultura e formação de educadores. São Paulo: Petrópolis, 2006.

BARROS, M. D. Educação Infantil: o que diz a legislação in: HERMIDA Jorge Fernando (org.). Educação Infantil: políticas e Fundamentos. 2ª Ed. Editora Universitária João Pessoa UFPB 2009.

BARREIRO, I. M. F. G. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: avercamp, 2006.

BRANDÃO, S. M. B. A. o corpo e as múltiplas linguagens da criança uma reflexão sobre a prática pedagógica na educação infantil in HERMIDA Jorge Fernando (org.). Educação Infantil: políticas e fundamentos. 2ª edição, Editora Universitária João Pessoa UFPB 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB n.º. 9394/96. Brasília: Mec/SEF/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto, secretaria da educação de educação fundamental. Introdução referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília v.1, MED SEF, 1998.

CABRAL, A. A., PIMENTA, I. N. Serviço de Orientação Educacional. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

CAMPOS, M.M. A formação dos professores para crianças de 0 a 10 anos: modelo sem debate. Educação e Sociedade, ano XX, n. 68, p. 126-142, dez 1999.

CHARLOT, B. A mistificação pedagógica. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1976.

DELEUZE, G. Conversações. Tradução Peter Pálplbart. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda.; 1992, 226p.

FERNANDÉZ, A. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997..

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994 .

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini, PENTEADO, Wilma Millan Alves. Orientação educacional na prática: princípios, técnicas, instrumentos. São Paulo, SP: Pioneira Educação, 2000.

HERMIDA, J. F.; SILVA, J. R. P.; CALABRIA, N. alfabetização nos contos de fadas in Hermida, Jorge Fernando (org). Educação infantil: políticas e fundamentos, 2ª ed., Editora Universitária João Pessoa UFPB, 2009.

INBERNON, F. Formação de docentes e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza. São Paulo, Editora Cortez 2001.

KATZ, C.S. Crianceria: “O que é a criança”. Cadernos de Subjetividade. Núcleo de estudos e pesquisas da subjetividade do programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC, São Paulo: Número especial, p. 90-96, jun, 1996.

KUHLMANN JUNIOR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.209.

KRAMER, S. O papel social da pré escola. São Paulo. Fundação Carlos Chagas,

LOUREIRO, A. C. R. A criança e a brincadeira na educação infantil: vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar... Campina grande UFPB 2002.

MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. – 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. ENGELS F. A ideologia Alemã. São Paulo, Grijalbo, 1977.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. São Paulo, Editora Cortez, 1999.

ROSEMBERG, F. Panorama da educação infantil Brasília Contemporâneo in simpósio educação infantil, Brasília 2002, anais UNESCO 20-03 p. 33-61.

ROCHA, R.M.G. Educação Infantil: políticas e fundamentos. Rio de Janeiro, 2ª Ed., editora vieira 2009.

SARMENTO, M.; PINTO M. As crianças contextos e identidades. Portugal: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997.

SANTOS H. C. V.; MARTINS, M. M. R., quem cuida das crianças Maranhense? In HERMIDA Jorge Fernando (org.). Educação Infantil: políticas e fundamentos. 2ª Ed. Editora Universitária João Pessoa UFPB 2009.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico crítica. 8ª edição ampliada e revisada. Campinas: autores associados 2003.

SOUZA, K.B.F. A formação de professores da educação infantil e o desafio da construção da práxis pedagógica. In. HEMIDA, Jorge Fernando Silva, Rosa Maria soares da (org) educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental: formação de professores. João Pessoa: UFPB 2009, p. 175-193.

SHON, D. A. Forma professores como profissionais reflexivo in. A. NOVO Aos professores e a sua formação. Lisboa. Dom Quixote, 1995.

VYGOTSKY, L. S. A formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 2007.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Caderno de pesquisa n. 58, agosto 1986, p.78.

_____ Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escolas: questões teóricas e polêmicas, in MEC/SEC/COEDI. Por uma política de formação do profissional da educação infantil. Brasília, DF, 1994.

_____ LEI Nº 10172 DE 09 DE JANEIRO DE 2011: dispõe sobre o plano nacional de educação. Brasília: Senado Federal, 2011. disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2011/11072.Htm>. Acesso em 15 setembro 2011.

_____ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil². Brasília, MEC/Secretaria de educação básica 2006.

_____ SOUZA, P.R., 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm